

Do nascimento ao ocaso de Unidade de Conservação: Área de proteção ambiental e recuperação urbana - APARU Jequiá

Cristina Xavier de Almeida Borges

Socióloga

Doutoranda Ciência Sociais

Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

1 Introdução

Há no Rio de Janeiro uma unidade de conservação, que é única no país. Trata-se de uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - APARU. O município não alterou a sua classificação com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação em função das peculiaridades da APARU do Jequiá. São essas peculiaridades e sobre o processo de implantação de um Centro de referência, visitantes e de educação ambiental que foi concebido e implantado para o local que passarei a analisar.

No final do ano 2000 a prefeitura do Rio de Janeiro me convidou para implantar um projeto, já pré-concebido, pela coordenadora de Educação Ambiental do Município, para uma colônia de pescadores- Z-10 , a primeira criada no Brasil, em 1920, na Ilha do Governador.

1.1 O mundo que todos pensavam que deveria ser eliminado

O manguezal é considerado um ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e marinho. Característico de regiões tropicais e subtropicais está sujeito ao regime das marés, dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes vegetais e animais.

O ecossistema manguezal está associado às margens de baías, enseadas, barras, desembocaduras de rios, lagunas e reentrâncias costeiras, onde haja encontro de águas de rios com a do mar, ou diretamente expostos à linha da costa. A cobertura vegetal, ao contrário do que acontece nas praias arenosas e nas dunas, instala-se em substratos de vasão de formação recente, de pequena declividade, sob a ação diária das marés de água salgada ou, pelo menos, salobra.

A riqueza biológica dos ecossistemas costeiros faz com que essas áreas sejam os grandes "berçários" naturais, tanto para as espécies características desses ambientes, como para peixes e outros animais que migram para as áreas costeiras durante, pelo menos, uma fase do ciclo de sua vida.

No Brasil, os manguezais distribuem-se desde o extremo norte do Amapá até o município de Laguna, Santa Catarina, ocupando uma área estimada em 25.000 km², sendo compostos por 6 espécies arbóreas típicas, pertencentes a 3 gêneros: *Rhizophora mangle*, *Rhizophora harrisonii*, *Rhizophora racemosa*, *Avicennia schaueriana*, *Avicennia germinans* e *Laguncularia racemosa*.

1.2 Importância dos manguezais

- Desempenha importante papel como exportador de matéria orgânica para o estuário, contribuindo para produtividade primária na zona costeira.
- É no mangue que peixes, moluscos e crustáceos encontram as condições ideais para reprodução, berçário, criadouro e abrigo para várias espécies de fauna aquática e terrestre, de valor ecológico e econômico.
- Os mangues produzem mais de 95% do alimento que o homem captura do mar.
- Sua manutenção é vital para a subsistência das comunidades pesqueiras que vivem em seu entorno.
- A vegetação de mangue serve para fixar as terras, impedindo assim a erosão e ao mesmo tempo estabilizando a costa.
- As raízes do mangue funcionam como filtros na retenção dos sedimentos. Constituem importante banco genético para a recuperação de áreas degradadas.
-

1.3 Impactos Ambientais em Áreas de Manguezal

Os principais fatores que causam alterações nas propriedades físicas, químicas e biológicas do manguezal são:

- Aterro e Desmatamento
- Queimadas
- Deposição de lixo
- Lançamento de esgoto
- Lançamentos de efluentes industriais

- Dragagens
- Construções de marinas
- Pesca predatória

1.4 Proteção Legal dos Manguezais

O manguezal, ecossistema bem representado ao longo do litoral brasileiro, é considerado, no Brasil, como de preservação permanente, incluído em diversos dispositivos constitucionais (Constituição Federal e Constituições Estaduais) e infraconstitucionais (leis, decretos, resoluções, convenções). A observação desses instrumentos legais impõe uma série de ordenações do uso e de ações em áreas de manguezal (Schaeffer-Novelli, 1994).

- **Legislação Federal**

- Constituição Federal de 1988, artigo 225. Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas atividades lesivas ao meio ambiente.
- Código Florestal – Lei nº 4.771/1965.
- Lei Federal Nº 7.661/98, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- Lei Estadual nº 9.931/1986 - Proteção das Áreas Estuarinas.
- Resolução CONAMA nº 04/1985.
- Decreto Federal nº 750/93, que dispõe sobre o corte, a exploração, a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

- **Legislação Municipal do Rio de Janeiro**

- **Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana'**

Área de domínio público ou privado que apresenta as características de uma APA – Área de Proteção Ambiental “área em geral extensa com certo grau de ocupação humana dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade da vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade e uso dos recursos naturais”.

Depende de ações do poder público para regulamentação do uso e ocupação do solo de suas condições ecológicas urbanas. Esta categoria é exclusiva do município do Rio de Janeiro, criada pela Lei Complementar 19/92 – Plano diretor da Cidade.

2 Linhas de história da Baía de Guanabara

A Região Hidrográfica da Baía de Guanabara, que ocupa uma área de 4.198 km², foi habitada pelos índios, durante mais de 8.000 anos, antes do início da colonização do Brasil.

Em 1500, viviam na Guanabara os tupinambás ou tamoios, da nação Tupi-Guarani, em cerca de 30 a 40 aldeias localizadas nas áreas mais elevadas da orla da baía e nas margens dos rios. Os índios viviam de coleta de frutas, pimentas e ervas, caçando, pescando, plantando milho, mandioca, cará, batata-doce, abóbora e outros alimentos. Deles herdamos os nomes da baía, de muitos rios e localidades.

A região apresenta um relevo diversificado, modelado pela natureza durante milhões de anos, com 4 áreas distintas: a Baía de Guanabara; a Baixada Fluminense; as colinas e os maciços costeiros e a Serra do Mar.

A Baía de Guanabara pode ser considerada um estuário que engloba inúmeros rios que levam a ela, em média, mais de 200 mil litros de água por segundo. Essa água é captada pelas bacias hidrográficas desses rios que, somados, formam a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara.

A Baía de Guanabara torna-se o centro político e cultural do país desde a vinda de Dom João VI para o Brasil, em 1808.

A partir dessa data a Baía de Guanabara, antes um verdadeiro Seio da Vida, passou a ser vítima de constantes processos de degradação socioambiental.

Coberta de mangues, repleta de pescado, berço da vida, a Baía de Guanabara é, talvez, a maior vítima brasileira dos sucessivos projetos de desenvolvimento do país.

O mangue que hoje sabemos ser berçário dos ecossistemas marinhos, até os anos 70 do séc XX foi considerado um local gerador de doenças, transmissor de mazelas, feio, insalubre que deveria ser extirpado. A baía perdeu assim cerca de 60% dos seus mangues, em seus 17 municípios.

A paisagem atual da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara é um registro da história do Brasil, tanto pela importância de toda a região na economia e na cultura do país, como pelos

graves problemas que prejudicam o ambiente e a vida da população. Esses problemas foram criados durante cinco séculos de ocupação da região, primeiro atendendo aos interesses do sistema colonial português e, após a independência política do Brasil em 1822, aos dos modelos de desenvolvimento agrário-exportador (1822-1930) e urbano industrial (a partir de 1930).

As mesmas riquezas naturais que atraíram e facilitaram a ocupação das bacias foram destruídas no processo de ocupação e correm hoje o risco de desaparecer.

Hoje está ocupada, em grande parte, pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e pelo segundo maior parque industrial do país, com todas as oportunidades e problemas inerentes. A cidade do Rio de Janeiro foi a maior vítima. Restam apenas pequenas manchas na Ilha do Governador, em Guaratiba, Sepetiba.

Nos anos 70 escolheu-se a Baixada Fluminense para ser um pólo de desenvolvimento industrial, principalmente petroquímico. Como não havia ainda preocupação com a destinação apropriada dos efluentes e com os resíduos industriais, o resultado é o lançamento de produtos químicos na baía, poluição atmosférica.

A posição oficial do Brasil na Conferência de Estocolmo, em 1972, sintetiza e expressa a política brasileira com relação à gestão dos resíduos e efluentes. Nessa referida conferência já se contrapunha o desenvolvimento desmedido e incontrolado dos grandes centros industriais do mundo às novas idéias de sustentabilidade. Mas o delegado brasileiro nessa conferência proferiu a seguinte frase, dirigindo-se às grandes potências econômicas: “venham poluir o Brasil”.

As mesmas riquezas naturais que atraíram e facilitaram a ocupação das bacias continuam a ser destruídas no processo de ocupação e correm hoje o risco de desaparecer.

É com esse olhar é que devemos entender que a Baía de Guanabara perdeu cerca de 30% de sua área, em certos lugares a sua profundidade não permite mais a circulação de pequenos barcos de pesca artesanal e o seu estoque pesqueiro declina a olhos vistos.

As populações, principalmente as pobres, se aglomeram em favelas agora verticalizadas, é o caos urbano.

O volume correspondente a um Maracanã de esgotos é lançado diariamente na Baía, sem qualquer tratamento.

O Lixão de Gramacho, construído na beira da Baía de Guanabara, em área de manguezal em Duque de Caxias, município vizinho ao Rio de Janeiro, local de destinação do seu lixo, que por força legal deveria ser desativado até 2004, e ainda não o foi.

Quadro 1

Baía de Guanabara - Síntese dos indicadores sócioambientais

Área	4.000 km ²
População	8,2 milhões de habitantes
Área de manguezais	43 km ²
Pesca	13 t/dia
Colônia de pescadores	5
Indústrias	6.000
Estaleiros	12
Terminais óleo	16
Despejo óleo	7 t/dia
Lixo em aterro	5.500 t/dia
Esgoto "in natura"	340 t DBO/dia*
Esgoto tratado	84 t DBO/dia*

DBO/dia = Demanda Bioquímica de Oxigênio por Dia

Fonte : Instituto Baía Guanabara

Quadro 2

Municípios da Bacia da Baía de Guanabara

Municípios	16
Com toda a área na RHBG:	Belfort Roxo
	D. de Caxias
	Cach. Macacu
	Guapimirim
	Itaboraí
	Mesquita
	Magé
	Nilópolis
	S.Gonçalo

	S.J.do Meriti
	Tanguá
Com parte da área na RHBG:	Niterói
	Nova Iguaçu
	Petrópolis
	Rio Bonito
	Rio de Janeiro

Fonte : Instituto Baía Guanabara

Quadro 3

Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara

Rios	35
Principais rios e canais	Canal do Manguê
	Canal do Cunha
	Meriti
	Sarapuí
	Iguaçu
	Estrela
	Suruí
Guapi/ Macacu	Caceribu
	Guaxindiba/Alcântara

Fonte : Instituto Baía Guanabara

Baía de Guanabara reflete, hoje, o uso indevido do ambiente à sua volta durante séculos. Ela é o corpo receptor dos despejos de sua Região Hidrográfica de 4000 km², em grande parte coincidente com a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A maior parte do lixo e do

esgoto da população de 8,2 milhões até ela através de 35 rios e, quase sempre, sem nenhum tratamento prévio.

Embora a indústria tenha feito grandes investimentos no controle de seus resíduos, falta muito ainda e a grande concentração de estabelecimentos em um dos maiores pólos industriais do país, traz grandes riscos para a Baía de Guanabara. Seus aspectos morfológicos, a biota, a qualidade de suas águas e até os usos que dela fazemos foram profundamente alterados com o passar do tempo e ainda, hoje, sofrem ameaças crescentes.

Esse é o negativo da imagem talvez mais bela do mundo, a Baía de Guanabara.

2.2 Ilha do Governador: de refúgio aprazível a uma ilha cercada por esgotos, lixo e óleo por todos os lados.

No século XVIII a Ilha do Governador, chamada assim por ser refúgio descanso do Governador Geral da província. Com densas matas, fauna abundante de mamíferos, aves e grande piscosidade no Rio Jequiá, era um local privilegiado para a prática da caça e belas praias até os anos 70 do século XX. Tinha valor econômico, idealizado pelas classes médias e altas como um bairro nobre do Rio de Janeiro. Ainda é um bairro de classe média, em virtude da presença das bases da marinha e aeronáutica; o aeroporto antes Galeão, hoje Tom Jobim, a maior porta de entrada nacional e internacional do país, é atraente para as classes médias que, de uma maneira ou de outra, têm no aeroporto e no complexo aí instalado mercado de trabalho.

Diria-se que é um bairro de ocupação complexa: convivem num mesmo espaço militares, favelados, pescadores, funcionários públicos...

É nesse bairro que nos anos 20 do século passado foi criada a primeira colônia de pesca regulamentada do Brasil, a Z-10.

É nessa Colônia que começa a história do Centro de Referência em Educação Ambiental e Visitantes da APARU do Jequiá- CEA _Jequiá

3.2 O CEA –Jequiá: da construção às inaugurações.

Desde a criação da Aparu, em 1992, como categoria de Unidade de Conservação até 1999, quando foi iniciada a construção do prédio destinado ao CEA_ Jequiá, nada foi feito na Colônia Z-10.

Durante o então governo Conde, começou a construção de um belo sobrado, mas com um padrão arquitetônico diferente das antigas casas de pescador, da escola, hoje um galpão abandonado. Pelo que se nota não houve preocupação em respeitar a cultura mais remota do lugar.

Como se não bastassem a escolha do terreno e a construção da casa, o processo de ocupação da área causou muitos conflitos, com a desocupação e posterior demolição de duas casas antigas de pescador.

Esse fato gera ainda polêmica na Z-10. Muitos criticam a forma autoritária e truculenta de ação da prefeitura na época.

Mas a casa foi construída, o CEA inaugurado, mas nada aconteceu. A prefeitura, então, permitiu que a associação de moradores passasse a funcionar nas dependências do CEA, era uma forma de proteção. Havia dois funcionários da Fundação Parques e Jardins. Esses estavam muito doentes, faltavam ou não podiam exercer suas funções.

A Associação de Moradores tomou conta do prédio, com anuência da prefeitura, que foi, em certo sentido, a sua salvação, pois tomavam conta da casa.

No final de 2001, 1º dezembro, a prefeitura, mais especificamente, a SMAC- Secretaria de Meio Ambiente da Cidade, depois de um processo de licitação pública, terceirizou a administração e implantação do CEA-Jequiá .

Constava em contrato que o mesmo deveria começar as suas atividades ainda em dezembro, mas era impossível.

A casa estava precisando de reformas, na parte interna e externa. Não havia a menor condição de funcionamento.

Foi adiada então a inauguração.

Paralelamente às obras devia-se providenciar toda a infra-estrutura de clipes, móveis e aparelhos eletroeletrônicos, tudo devia ser comprado.

Além disso, constava no contrato a obrigação de escolher e comprar livros, vídeos e CDs sobre ecossistemas aquáticos. A intenção era que centro de referência fosse um ponto de convergência e informação para pesquisadores e até crianças de idade pré-escolar.

Essa escolha foi feita por uma socióloga, que coordenava o CEA, e um biólogo recém-formado, mas que teve muita dedicação e empenho na escolha de cada um dos itens.

Foi escolhido um a um dos itens do acervo, consultaram-se técnicos na área, para obter material sobre os múltiplos aspectos que envolvem os ecossistemas aquáticos, a ocupação das sociedades animais e humanas, que fazem usos tão distintos da água, da terra e seus frutos.

Paralelamente, a mesma socióloga controlava a obra, pedreiros, marceneiros, jardineiros. Concomitantemente, por não trabalhar diretamente na reforma, a socióloga aproveitava o tempo debaixo de uma belíssima amendoeira, conversava com todos os passantes sobre o lugar, as suas histórias, a sua gente, a sua vida.

Essa socióloga sou eu.

Através de laços, pouco científicos, mais afetivos, foi se construindo um novo tecido de relações.

Procurei desvincular a minha presença à da prefeitura, explicava que não era funcionária, e que, portanto, não tinha o menor envolvimento e responsabilidade com que havia se passado.

A história do CEA começava naquele momento para mim, e seria bom para o nosso trabalho e convivência que todos pensassem assim.

Fui *assuntando*, conversando, bebendo café, chupando cana, ainda produzida ali, comendo cajá, manga, acerola, me integrando.

Ficava ali sob a amendoeira todo o dia, que começa às 9 horas e acabava às 17 horas, segundo recomendação da secretária da Associação de Moradores, Marilene, grande pessoa, que me abriu as portas da Z-10, tão linda e tão esquecida.

Pescadores de peito nu, mulheres carregando peso, fardos de compra e vida, crianças, muitas crianças, brincado soltas na quadra.

Uma vida de cidadezinha, um lugar com afeto, essa era a Colônia Z-10.

Agora pescadores são poucos, falta peixe na baía .

Falta dinheiro para o combustível, para sair da boca da baía ir para a outra boca, a boca da barra da Tijuca.

Foram três meses de reforma e tecelagem de um tecido de relações políticas entre o CEA e os grupos organizados, como a Associação dos amigos do Jequiá, que se opunha contundentemente contra qualquer atividade da prefeitura. A população fica desiludida e aturdida com promessas de um mundo melhor, Petrobrás, prefeitura, governo do estado, um foco de partidos e propostas, mas pouco acontece, naquele lugar lindo e bucólico, bem no canto da ilha no saco do rio Jequiá.

No dia três de março uma inauguração? Mas já foi inaugurado! Reinaugura com nome novo, assim pode.

Festa, banda, café da manhã gostoso, promessas, ciclovia, deputados, militares, marinha, muita gente. Um festão. Sábado, 3 de março, de promessas.

Foi assim que começou uma pequena longa história de um centro de informação, referência, educação e paixão.

3.2. O dia-a dia

As exigências contratuais eram muitas. Cursos, sessões de vídeo, visitas de orientadas. palestras, gente circulando.

Mas como levar as pessoas para um lugar que, por ser pobre, pensam ser violento?

Como quebrar a resistência, vencer o medo?

Como anunciar o manguezal, de aparência fétida, como berço da vida e de beleza exótica?

Como mostrar beleza naquelas árvores incomuns, animais que vivem na e da lama, uma beleza e resistência, caranguejos resistem aos esgotos e à poluição, não sucumbem à nada, hoje, fora garças, brancas tão lindas, elegantes como damas inglesas na praça, nada parecia poder atrair as pessoas.

Perguntas, muitas perguntas?

Só não podíamos ser paralisados pelas dificuldades. Na época passaram a integrar a equipe dois estudantes de biologia, estagiários excelentes, Luiz e Camila cada um na e com a sua competência.

Uma bióloga de formação, mas uma recreadora e agitadora cultural infantil na prática, animou o centro com atividades lúdicas com as crianças da Z-10.

O outro, um professor, pesquisador, se interessava mais por palestra e cursos. Nossa estratégia foi de transformar o grupo em uma equipe onde a divisão de tarefas, coordenação, biólogo e estagiários se sentissem corpo de ação, sem muita hierarquia, mas com responsabilidades definidas e questionadas.

Formamos internamente um bom ambiente de trabalho, com um espírito para vencer as dificuldades que nos impunha aquela realidade.

3.3 Derretendo gelo, fazendo castelos.

Na quadra de esporte da Colônia desenvolve-se um projeto da prefeitura-MEL Movimento de Esporte e Lazer, que atrai muitas crianças. Na colônia não há atividades lúdicas, nem área de lazer, somente essa quadra. Aproximei-me do coordenador e propus que ele levasse as crianças para verem nossos vídeos.

Assim começou a aproximação das crianças da colônia com mundo muito diferente do delas. Estavam à disposição tinta, lápis de cor, livros, cola, jogos. Um mundo de diversão, mas com uma intenção educativa que não era óbvia.

Fazíamos leitura conjunta dos livros de história educativos. Exposição de desenhos, colagem, brincadeiras, jogos e tudo mais. As crianças circulavam no CEA como se fosse sua casa.

Havia apenas uma regra imposta pela prefeitura, não se podia entrar no centro sem camiseta. Foi uma dificuldade. Como convencer crianças e adultos que viviam sem camisa pelas ruas a vestir a bendita camisa; aos poucos, sem muita rigidez de minha parte, essa regra foi introjetada.

Do meu ponto de vista, o gelo derreteu. O mais difícil conseguimos, a população local passou a sentir aquele espaço como seu. A construção do castelo começou.

Para a população externa à colônia fizemos como tática de aproximação contato direto: a comunidade escolar e universitária do entorno, a UFRJ, na Ilha do Fundão e as ONGs presentes da região.

Visitamos todas as escolas da Ilha, com muita dificuldade porque a secretaria de Educação da Ilha (4ªCRE), burocratizada, demorou muito para nos dar permissão para visitarmos as escolas.

Há perto da Colônia uma escola, a Cuba, cuja aproximação foi mais fácil. Ela sistematicamente levava as suas turmas para visitar o centro, ver o vídeo sobre o manguezal, e fazer a visita orientada.

Essa atividade foi incrementada com a ajuda de um rapaz, morador da favela vizinha, que pertencia a um outro projeto da prefeitura "O mutirão reflorestamento", educador nato, adorava o contato com as crianças e universitários, nos enveredava por aquele mangue, nos mostrava o seu trabalho de reflorestamento de mangue com um entusiasmo incomparável.

Carlos deu vida e alma às visitas. Braço direito informal e imprescindível do CEA

Pouco a pouco as escolas começaram a chegar, principalmente depois que fizemos uma reunião com as diretoras e coordenadoras das escolas da região, apresentamos a elas não apenas o centro, mas também a importância das unidades de conservação, o SNUC de uma maneira geral, e o papel educativo dos CEAS e a participação que ele poderia ter na dinamização das atividades das escolas, muitas vezes presas aos muros escolares, não têm acesso a um acervo e nem às informações disponíveis no Jequiá.

A escola técnica da Ilha levou todas as suas turmas. Cada umas delas, mais de 20 pelo menos naqueles primeiros nove meses compareceu. Mais de 1000 crianças nos visitaram., na sua maioria da Ilha, e dos bairros mais próximos, foi também uma de Botafogo e uma do Centro da cidade.

Dentre os visitantes, os que mais me comoveram foram os portadores de distúrbios mentais. Eles são de um hospital-dia da Ilha. Para eles e para nós, foi um momento único, de muita delicadeza e surpresa. Eles adoraram o passeio, antes muito temido pela psicóloga, mas que logo ficou também comovida com o encantamento deles com as vidas no mangue. Jamais me esquecerei das suas expressões diante daquela paisagem tão inusitada para eles.

Universitários, principalmente de pós-graduação, da UNIGRANRIO, Bennet, UERJ, UFRJ, nos procuravam, em busca de informação sobre o mangue e os ecossistemas aquáticos de modo geral. Não foram em muita quantidade, mas serviriam com divulgadores do CEA. A nossa maior dificuldade, é que não tínhamos recursos para isso, a INTERNET serviu para divulgação. Tínhamos um folheto e um caderninho infantil, em pequena quantidade, insuficientes para fazer panfletagem, tudo contado.

Os escoteiros fizeram um curso, de cerca de 40 horas, sobre meio ambiente de maneira geral, mas com um enfoque especial na Baía de Guanabara, nos manguezais mais especificamente. Foram 20 encontros. Ao final, fizemos uma exposição sobre a fauna, terrestre e aquática.

Os alunos de biologia, principalmente da UNIRIO participaram de um curso de 15 horas, também elaborado por nós, sobre a fauna aquática, tartaruga, peixe-boi, anfíbios.

As mulheres da colônia, muitas não trabalham fora de casa e por isto têm um tempo mais maleável, podiam freqüentar, à tarde, nossos cursos: reaproveitamento de jornal, pet, bucha, arte simples, mas que para algumas serviu de reforço no orçamento.

Além das atividades formais, formamos um bloco de carnaval, com bateria e tudo. O samba foi composto pelo jardineiro, um ex-presidiário, cumprindo pena comunitária. Pessoa de talento musical, principalmente um grande letrista. Mobilizamos os garotos e as garotas da colônia, gente na boca das drogas e do ócio que adocece. Grupo com samba no pé e na ginga na cadência das suas mãos foram descobertos, organizados. Ensaio, e mais ensaios, no início semanais, depois diário, Nem tudo era flor. Não tínhamos os instrumentos, a SMAC não tinha verba, pensamos em fazê-los, mas não conseguimos o material, não tínhamos verba para nada. Pedimos emprestado ao bloco de Carnaval da Colônia: *Unidos da Z-10*, por um tempo que não correspondesse aos ensaios para o carnaval. Ficamos com os instrumentos 4 meses.

Aprendendo o batoque, aprendendo a bater no lugar certo, muita dedicação de alguns muito talento de outros. As meninas também se entrosaram, tocaram bumbo, repique, caixa. Saiu bonito. Fizemos uma apresentação na formatura dos *Monitores Ambientais*, outro projeto que tinha sua base no CEA.

Depois disso soube que eles andaram tocando por aí.

No final do ano já tínhamos assentados os alicerces do castelo, nesse ponto, por força profissional, ausentei-me do CEA. Mas sempre tive notícias. Andava bem, já estendia sua ação nas muitas escolas do Rio de Janeiro. O ano de 2003 foi de solidificação da massa, do amalgama que unia as parte.

3.4 Pá de cal

Dezembro de 2003, sem muita explicação, o então coordenador do CEA chega para trabalhar, estava lacrado.

Não havia nada lá dentro, nem uma folha de papel, nada. Tudo encaminhado para um depósito, encaixotado, pronto para ficar mofado, desperdiçado, jogado fora...

As políticas públicas mudaram, o atual secretário de Meio Ambiente sepultou vários projetos, o meio ambiente foi mais uma vez relegado a segundo plano. A prefeitura do Rio de Janeiro, agora inteiramente voltada aos Jogos Pan Americanos, só tem olhos para Barra da Tijuca, antigo reduto de votos do atual Prefeito, que persegue a reeleição e os louros de ter conseguido levar os Jogos para o Rio, ou melhor, para a zona oeste.

O resto da cidade fica para uma próxima vez, o todo foi abandonado, somente a maquiagem da cidade importa.

A cidade Maravilhosa, mesmo que partida, mais uma vez é repartida e maravilhosa para poucos.

Bibliografia

www.ibg.org.br